

# Um mês para aprovar as medidas

■ Destaques da reforma previdenciária serão votados primeiro na quarta-feira

CÉSAR FELÍCIO

**BRASÍLIA** — O conjunto de medidas que integram o ajuste fiscal, anunciado ontem pelo Governo, começa a ser discutido no Congresso na próxima semana. A primeira votação será na Câmara dos Deputados, quarta-feira. Serão analisados os três últimos destaques que faltam para a reforma da Previdência ser promulgada. Este foi o único ponto decidido sobre a tramitação do pacote na reunião do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), com os líderes partidários na Casa. Segundo o líder do governo na Casa, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), ainda existem dúvidas sobre quais os instrumentos legais que serão usados para enviar as propostas do governo ao Legislativo.

"O que podemos dizer é que reforma da previdência e aumento da CPMF serão emendas constitucionais e deverão ser votadas prioritariamente. Mas ainda não sabemos o que será projeto de lei, o que será medida provisória e o que será projeto de lei complementar", disse Madeira. Segundo o líder, depois da reforma da previdência e da CPMF, o item seguinte deverá ser o aumento da cobrança do Cofins, para a qual já existem projetos de lei apresentados na Câmara. "O objetivo é encerrar a votação de tudo em quatro semanas, no final de novembro, mas teremos ainda alguns dias negociando o formato das medidas", disse o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG).

A negociação dos pontos do pacote já começou ontem, com o café da manhã do presidente Fernando Henrique Cardoso com os líderes na Câmara e com o jantar no Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente Marco Maciel, com os líderes no Senado. Para diminuir resistências no Congresso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai debater hoje, às 10 horas, com os

senadores no plenário da Casa e, na próxima terça-feira, vai comparecer ao plenário da Câmara para outra exposição. Ainda hoje, o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, se encontrará com o relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para detalhar a nova versão do Orçamento Geral da União que será enviado ao Congresso na próxima semana. De acordo com Tebet, já foi elaborado um cronograma de votação que permite a aprovação do Orçamento ainda este ano. "Mas não vai ser fácil avançar dentro do mês de janeiro", ponderou.

**CPMF** — Líderes da base governista defendem a desvinculação da receita da CPMF da saúde. Essa posição foi defendida pelos líderes do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), e do PPB, Odelmo Leão (MG). A atitude dos aliados é política e tem o objetivo de evitar que o ministro da Saúde, José Serra, um dos nomes do PSDB para as eleições presidenciais de 2002, tenha independência das liberações dos recursos orçamentários pelo Tesouro Nacional.

O líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), fez a defesa mais veemente da desvinculação. "O Tesouro precisa de mais liberdade para fazer o ajuste", afirmou em tom irônico, ao comentar a posição que defendeu na reunião com o presidente da República.

O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), depois de ouvir dos aliados, já começou a trabalhar numa proposta negociada. "Estamos estudando como alternativa desvincular da saúde a parcela adicional proposta no programa de ajuste", disse Madeira. Por esta fórmula, a saúde continuaria recebendo a quantia referente a 0,2% — estimado em R\$ 8,1 bilhões em 1999 —, mas não sobre os 0,18 ponto percentual do ajuste — cuja previsão de receita é de R\$ 7,2 bilhões.



Fernando Henrique reuniu-se com os líderes, mas não deixou claro o aumento do FEF a partir de 2000, caso a reforma tributária não seja aprovada